

Prefácio

Há exatamente 45 anos que conheço o autor – Pedro Schubert – pelo fato de que à época (1963) trabalhávamos em uma mesma empresa industrial.

Nossas especialidades, eminentemente técnicas, não eram as mesmas, mas eram convergentes e se harmonizavam.

Em 1966 optei por seguir novos rumos profissionais, daí porque os nossos contatos se tornaram desde então apenas ocasionais.

Quis o destino, contudo, que a nossa reaproximação mais constante ocorresse três décadas mais tarde e fosse marcada por uma especial coincidência. Novamente estávamos - eu e Schubert - exercendo funções técnicas diferentes, todavia, interligadas.

Essas nossas novas e atuais responsabilidades, curiosamente, não mantêm quaisquer semelhanças com aquelas que exercemos no passado, quando nos conhecemos.

Além disso, agora não se trata mais de trabalharmos para a produção e a qualidade de qualquer produto final industrializado, mas, sim, de buscarmos fazer justiça e para isto empregando toda a experiência que adquirimos nesses anos, marcados por estudos aprofundados e devotadas pesquisas pautadas em bibliografia especializada, geralmente estrangeira.

Tornei-me Magistrado de carreira no estado do Rio de Janeiro e Pedro Schubert um conceituado Perito Judicial. Cada um de nós exercendo o seu mister, mas, ambos, com o firme propósito de dar a melhor solução cabível aos inúmeros conflitos de interesses que se avolumam ano após ano e que nos impõem dois desafios nada conciliáveis, que são, de um lado, a insistente cobrança de celeridade nos julgamentos das ações judiciais em andamento, e de outro, o trabalho perficiente.

Pedro Schubert, é indispensável que aqui se diga, consegue concentrar em uma só pessoa diversas qualificações entrelaçadas umas às outras, exercendo-as com simultaneidade, domínio absoluto e maestria.

Tanto assim que consegue ser a um só tempo Administrador, Consultor de Empresas, Contador, Professor da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade Gama Filho, Autor de livros técnicos e, como antes assinalado, Perito Judicial.

Na qualidade de escritor conceituado é que destaco ser de sua autoria a obra intitulada **“Orçamento Empresarial Integrado”**, editada em 1985.

Quatro anos após, em 1989, promoveu um novo lançamento ao qual denominou **“Manual de Implantação de Projetos”**.

Ambas as obras têm os direitos reservados pela L.T.C. Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda.

Surge agora um novo e imponente trabalho que o autor intitulou **“Perícia Judicial”**.

Conforme as suas próprias palavras - “Este novo livro reflete a experiência do Autor ao lidar com contraditórios decorrentes de feitos entre clientes e entidades financeiras, onde estão sempre presentes os fantasmas do juro composto (Parte 1), do anatocismo (Parte 2) e da incompreendida Tabela Price (Parte 3) , cujo nome correto é o Sistema Francês de Amortização”.

Tenho verificado pela volumosa e sempre crescente distribuição de recursos de apelação que vem sendo feita mensalmente à 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde tenho assento como Desembargador titular, que o tema aprofundado nesta nova obra de Pedro Schubert representa uma das mais constantes e conturbadas matérias submetidas na atualidade ao Poder Judiciário.

O anatocismo (cobrança de juro sobre juro), tema tantas vezes suscitado em demandas judiciais, em geral figurando no pólo passivo instituições financeiras, embora sendo uma matéria raramente examinada em suas profundezas, já mereceu na Suprema Corte a edição de uma súmula, a de número 121, cujo verbete assim está expresso: “É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada”.

Não se perca de vista também uma outra súmula, a 596, voltada para a não aplicação de taxas de juros e outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional.

Pedro Schubert, como o vejo, tem o perfil dos pesquisadores! Não se contenta com o fato de ler ou de ouvir meras afirmações sem que procure investigar as origens daquilo que lhe é informado.

A prova disto está neste novo livro, no qual o autor afirma e demonstra com absoluta convicção que: “O anatocismo ocorre em quaisquer operações financeiras e é independente da vontade das pessoas e da lei”.

O ponto relevante da obra está na apresentação de inúmeras fórmulas, cálculos precisos e tabelas exemplificativas que permitem ao leitor atento, valendo-se da Matemática Financeira, encontrar uma solução consistente em substituir a taxa proporcional pela taxa equivalente no cálculo mensal do valor do juro, a seguir capitalizado, eliminando, assim, o que o autor denominou “ganho extra” do credor.

Sem delongas, é que estou recomendando àqueles que necessitem do suporte de um estudo técnico minudente, realizado por quem domina o assunto, este novo livro de Pedro Schubert.

Novembro, 2008

ORLANDO SECCO
Desembargador do T.J.R.J.